



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Formação profissional.

O SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA E A IMPORTÂNCIA DO RESGATE DA CATEGORIA IMPERIALISMO*

NATHÁLIA LOPES CALDEIRA BRANT¹
DEBORA DE OLIVEIRA CARVALHO²
MARIA MANOELA VALENÇA³
MARIA CONCEIÇÃO BORGES DANTAS⁴
CAMILA CAROLINE DE OLIVEIRA FERREIRA⁵

Resumo: A apreensão das configurações e contradições da acumulação do capital em nível mundial são imprescindíveis para delinear as particularidades do desenvolvimento da América Latina. Nos últimos trinta anos do século XIX, devido às profundas transformações ocorridas na Europa, se instaura uma nova etapa do capitalismo denominado de imperialismo, constituído de pelo menos três fases: clássica, anos dourados e contemporâneo, cujos traços fundamentais ainda compõem o capitalismo do tempo presente. Nesse sentido, propõe-se o resgate da categoria imperialismo como uma das chaves de análise cruciais para as pesquisas que se propõem a compreender o Serviço Social na América Latina.

Palavras-chave: Imperialismo; Dependência; América Latina; Serviço Social.

Abstract: The apprehension of the configurations and contradictions of capital accumulation on a global scale is essential to delineate the particularities of the Latin America's development. In the last thirty years of the nineteenth century, due to the profound changes that have taken place in Europe, a new stage of capitalism, known as imperialism, has been introduced, consisting of at least three phases: classical, golden years and contemporary, whose fundamental features still make up capitalism of the present time. In this sense, it is proposed the rescue of the category of imperialism as one of the crucial analysis keys for the research that intends to understand Social Work in Latin America.

Keywords: Imperialism; Dependency; Latin America; Social Work.

* Texto produzido a partir dos estudos realizados pelo projeto de pesquisa intitulado "Serviço Social e América Latina: tendências teóricas atuais". Investigação financiada pela FAPESP, processo 2017/14497-5.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: <nathalia.brant@ifsuldeminas.edu.br>

² Estudante de Graduação. Universidade Estadual Paulista.

³ Professor com formação em Serviço Social. Centro de Estudos e Editora Myrian Veras Baptista.

⁴ Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

⁵ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de São Paulo.

1. O SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO A PARTIR DA ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA DA PROFISSÃO

Os avanços alcançados no campo da pesquisa e da produção de conhecimento do Serviço Social brasileiro nas últimas quatro décadas são inegáveis e têm sido responsáveis por colocar a profissão em posição cada vez mais destacada no universo das Ciências Sociais e Humanas.

Embora a preocupação com a “cientificidade” da profissão estivesse presente desde a sua gênese (NETTO, 2011) é a partir dos anos 1970, com o fôlego acumulado no chamado processo de reconceituação do Serviço Social latino-americano, que esse salto ganha força e direção. Merecem destaque nesse contexto, a inserção da profissão no âmbito da pós-graduação, sua interlocução com as demais áreas do conhecimento, sua credibilidade entre as agências de fomento e a aproximação com a matriz teórica marxista.⁶

É também nesse contexto que os estudos sobre a gênese, a história e os fundamentos do Serviço Social ganham força. Um grande marco desse processo é a publicação do livro, em 1982, “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil” de Marilda Yamamoto e Raul de Carvalho, cuja densidade teórico-metodológica possibilitou à profissão novos elementos para compreensão da sua constituição e do seu lugar na ordem metabólica do capital.

Desse período aos dias atuais, o campo dos chamados “Fundamentos do Serviço Social” adquiriram maior envergadura no seio da profissão, sendo reconhecido como um dos núcleos fundamentais da formação profissional⁷ e com grande destaque nas pesquisas recentes e na produção do conhecimento da área. Esse esforço fez surgir a necessidade de

estudos capazes de situar a profissão nos marcos da formação sócio-histórica brasileira, bem como, compreender o Serviço Social na história da América Latina.

⁶Sobre a matriz teórica marxista consultar SILVA (2007).

⁷Consultar: ABESS-CEDEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral extraordinária de 08 de Nov. de 1996). Caderno ABEPSS. n. 07. São Paulo: Cortez, 1997.

Moljo (2014), ao traçar alguns elementos para a reconstrução da gênese do Serviço Social na América Latina, destaca que no período das primeiras escolas de Serviço Social o diálogo entre os países latino-americanos era muito incipiente ou inexistente. “A América Latina olhava para a Europa, para os Estados Unidos, mas não para si própria”. (MOLJO, 2014, 406). A mesma autora aponta que nos anos 1950 inicia-se uma paulatina aproximação entre as escolas de Serviço Social latino-americanas, mas que esse processo foi brutalmente interrompido pelas ditaduras militares experimentadas por cada um desses países.

O período da ditadura significou, para o Serviço Social, o fechamento de 14 Escolas, das 45 que existiam até a ditadura, e a partir do retorno da democracia, as Associações ou Colégios Profissionais foram fundamentais para a criação de estratégias para que essas escolas pudessem ser reabertas. Da mesma forma que se recompunha a sociedade, as organizações da categoria profissional também procuravam a sua recomposição. Mas esta reorganização não foi uma tarefa simples. (MOLJO, 2014, p.414).

Assim, de fato, somente a partir dos anos 1970/80 que o diálogo do Serviço Social latino-americano se abre novamente, sob o manto do processo de redemocratização. Nesse sentido, a tarefa daqueles que se empenham hoje em reconstruir essa história e/ou compreender os determinantes e as contradições fundamentais da conformação do sistema capitalista, não é das mais fáceis.

Contudo, observa-se que os estudos que vêm sendo desenvolvidos pelo Serviço Social, possuem uma interlocução cada vez mais fecunda com intelectuais que, ao analisar a formação colonial do continente latino-americano, compartilham – ainda que sob prismas distintos – da perspectiva do capitalismo dependente. Entretanto, chamamos a atenção para o fato de que, a categoria imperialismo, embora historicamente associada à ideia de capitalismo dependente é ainda pouco utilizada pelo Serviço Social brasileiro, mesmo nos seus estudos sobre a América Latina.

Evidentemente que esse lapso não é exclusivo do Serviço Social, uma vez que corresponde a um fenômeno que também atingiu às demais áreas do conhecimento. Mariutti (2013) resgata que o termo imperialismo teve grande destaque no período da Guerra Fria ao ser utilizado pelos dois blocos para

acusar o expansionismo do oponente. Com o passar do tempo, o termo foi caindo gradativamente no esquecimento, sobretudo a partir de 1989, sendo reabilitado no plano internacional somente após o ataque de 11 de setembro de 2001 ao World Trade Center nos Estados Unidos da América (EUA), onde passou a ser adjetivado como “novo” imperialismo.

Para além da utilização dessa terminologia, há que se reconhecer que o imperialismo é uma realidade, anunciada e denunciada por diversos autores no campo do marxismo desde o final do século XIX, fundamental para a compreensão dos processos sociais que emanam da sociabilidade contemporânea, em tempos de financeirização do capital.

Circunscrita à intensa atuação do capital fictício na economia mundial, bem como pela conquista de amplos espaços de acumulação com elevada exploração do trabalho, a financeirização atual produz as principais estruturas de dominação nas quais o imperialismo se renova. Intermediada por uma somatória de antagonismos sociais, a relação entre capital financeiro e imperialismo, além de estar no cerne da constituição moderna do capitalismo, continua viva em sua fase contemporânea. (CAMPOS; SABADINI, 2014, p.02).

Reconhecida essa perspectiva, torna-se indispensável o resgate de autores clássicos, que pioneiramente traçaram as linhas mestras para compreensão do imperialismo moderno, bem como daqueles que mais recentemente se propuseram a pensar as suas expressões e particularidades no terreno latino-americano.

Por isso, propõe-se como primeira aproximação, um destaque ao legado de Lênin, sobretudo, a partir de sua obra *O imperialismo: fase superior do capitalismo* - cuja contribuição para pensarmos a relação entre capitalismo e imperialismo é indiscutível - e no espectro latino-americano o debate apresentado por Ruy Mauro Marini que amplia de maneira significativa as possibilidades de compreensão sobre como essa relação se objetiva na América Latina⁸.

⁸É importante destacarmos que a categoria imperialismo é complexa, alvo de muita polêmica e permeada por diferentes interpretações, dentro e fora do campo do marxismo. Entre os marxistas, além de Lenin, outros intelectuais como Rosa Luxemburgo, Rudolf Hilferding e Nicolai Bukarin se dedicaram a pensar a relação entre capitalismo e imperialismo, e compõem o chamado debate clássico. No que tange a América Latina, além de Ruy Mauro Marini,

Sem qualquer pretensão de fazer dessa proposta de análise uma miscelânea de olhares sobre a relação entre capitalismo e imperialismo, apresentar-se-á a seguir, as linhas gerais da interpretação de cada um desses autores, como convite ao estudo e a ampliação da incorporação desses referenciais nas pesquisas sobre o Serviço Social na América Latina, selando, portanto, o modesto objetivo deste ensaio.

2. A HERANÇA DO DEBATE CLÁSSICO SOBRE IMPERIALISMO O SEUS TRAÇOS LATINO-AMERICANOS

2.1 A importância da Obra de Lenin

O estágio imperialista do capitalismo, amplamente analisado e debatido, tem como importante referência, como citado anteriormente, a obra *Imperialismo: fase superior do capitalismo*, de Lenin, datada de 1917. Os dois principais motivos que instigaram Lenin a escrever o livro, foram: compreender os aspectos econômicos, políticos e sociais da nova fase de acumulação capitalista e o debate político dentro do movimento socialista internacional para o fortalecimento do movimento revolucionário, sobretudo, frente à guerra que se avançava. (LENIN, 2012).

O livro é publicado em 1917 no meio da 1ª Guerra Mundial que Lenin percebia como decorrência própria do imperialismo e da disputa interimperialista. Há um destaque para o papel do Estado na consolidação dos monopólios e do imperialismo e como a oligarquia financeira controla a política e se expande nas nações imperialistas. (LENIN, 2012).

Nos últimos 30 anos do século XIX, o sistema capitalista inicia um novo estágio: o IMPERIALISMO, que perdura até a contemporaneidade e apresenta novas configurações e determinações.

merecem destaque as contribuições de Florestan Fernandes e Atilio Boron, autores que também utilizam essa categoria.

No final do século XIX o processo de desenvolvimento do capitalismo prima cada vez mais pela concentração por si mesma, que conduz à formação dos monopólios. De acordo com Lenine (2010, p. 18) “[...] essa transformação da concorrência em monopólio constitui um dos fenômenos mais importantes – para não dizer o mais importante – da economia do capitalismo dos últimos tempos”.

Os monopólios se constituem por empresas que atuam em mais de um ramo, as chamadas empresas combinadas, que busca com isso uma forma de garantir uma taxa de lucro mais estável, eliminar o comércio, possibilitar o aperfeiçoamento técnico e obter lucros suplementares em relação às empresas simples. A formação dos monopólios é datada do final do século XIX e início do século XX no velho continente europeu, como resume Lenine (2010, p. 23):

1. Décadas de 1860 e 1870, o grau superior culminante, de desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis; 2. Depois da crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, os quais constituem ainda apenas uma exceção, não são ainda sólidos, representando ainda um fenômeno passageiro; 3. Ascenso do final do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo transformou-se em imperialismo.

Com a formação dos monopólios, tem-se o início do estágio imperialista do capitalismo, que se manifesta inicialmente através do capitalismo monopolista (produção industrial), mas conta também com a mudança no papel dos bancos, com o sistema de crédito (centralização do capital), e produz a fusão dos capitais monopolistas industriais com os bancários, mostrando a faceta do capital financeiro do capital.

No imperialismo as empresas “independentes” serão aos poucos estranguladas pelos grandes monopólios; as crises econômicas, mas não só estas reforçam a tendência para a concentração e para o monopólio.

Conforme Lenin (2010) os bancos passam a assumir um novo papel, se até então funcionavam como intermediários dos pagamentos, agora também se transformam em monopolistas onipotentes. “Essa transformação dos numerosos modestos intermediários num punhado de monopolistas constitui

um dos processos fundamentais da transformação do capitalismo em imperialismo capitalista”. (p.31).

Também entre os bancos ocorre um processo de concentração e monopolização. Cada vez há um número menor de bancos que controlam um grande número de outros bancos levando a formação dos trust⁹ dos bancos. Com isso, aumenta-se a capacidade dos bancos de controlar as indústrias, aumentando consideravelmente a dependência do capitalista industrial em relação ao banco.

O século XX marca um momento de transformação do antigo capitalismo para o novo, da dominação do capital em geral para a dominação do capital financeiro. Para Lenine (2010, p. 47) “[...] capital financeiro é o capital que se encontra à disposição dos bancos e que os industriais utilizam”.

Como sinais da monopolização e concentração de capital, no início do século XX quatro países detinham cerca de 80% do capital financeiro mundial, sendo estes: Inglaterra, EUA, França e Alemanha. Se o que caracterizava o velho capitalismo, no qual dominava plenamente a livre concorrência, era a exportação de mercadorias, o que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de capital.

No início do século XX na América do Sul já era perceptível a influência dos capitais internacionais; em 1915 havia 5 bancos alemães com 40 sucursais e 5 bancos ingleses com 70 sucursais no continente latino-americano.

A Inglaterra e a Alemanha no decurso dos últimos vinte e cinco anos, investiram na Argentina, Brasil e Uruguai 1 bilhão de dólares aproximadamente; como resultado disso beneficiam-se de 46% de todo o comércio desses três países. (LENINE, 2010, p. 66)

Esse movimento de monopolização nacional e em seguida internacional levou a constituição de cartéis internacionais. Os cartéis internacionais sinalizam o “tamanho” do crescimento dos monopólios e reforçam os objetivos da luta que se desenrola entre os grupos capitalistas, luta esta que deve se alterar em sua forma, mas não pode perder seu significado de classe. Nesse

⁹Trust seria a fusão de blocos de capitais, que podem ser a nível de empresas ou bancos. No caso das empresas seria a fusão e inclusão de empresas compreendidas em um mesmo setor de atividades.

processo de monopolização e centralização do capital se dá a partilha definitiva do planeta, que de acordo com Lenine (2010) significa:

[...] definitiva não no sentido de ser impossível reparti-lo de novo – pelo contrário, novas partilhas são possíveis e inevitáveis -, mas no sentido de que a política colonial dos países capitalistas já completou a conquista de todas as terras não-ocupadas que havia no nosso planeta. (p.75)

Conforme Lenine (2010) a partilha do mundo terminou no final do século XIX e início do século XX. Essa partilha estava concentrada nas mãos de 6 potências, sendo estas: Inglaterra, Rússia, França, Alemanha, EUA e Japão. Havia nesse período um pequeno grupo de países que tinham colônias, mas em quantidade bem inferior a essas potências, que inclusive começavam a se desenhar como futuros interesses para uma nova divisão entre as potências.

Segundo Lenine (2010) os próprios interesses da exportação de capitais levam também à conquista de colônias, pois no mercado colonial é mais fácil, e por vezes só nele é possível, utilizando formas monopolistas, suprimir o concorrente, garantir pedidos, consolidar as relações necessárias etc.

Para Lenine (2010) ao falar da política colonial da época do imperialismo capitalista, que se associa ao período do capital financeiro e a correspondente política internacional, e significa a luta das grandes potências pela partilha econômica e política do mundo, é também falar das abundantes formas transitórias de dependência estatal que se originam nesse período.

Para esta época são típicos não só os dois grupos fundamentais de países – os que possuem colônias e as colônias, mas também as formas variadas de países dependentes que, de um ponto de vista formal - político, gozam de independência, mas que, na realidade, se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática. (p. 83 e 84).

Lenine (2010) aponta que a fase imperialista do capitalismo apresenta os seguintes traços:

1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma

importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. *O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trusts internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes.* (p.88, grifo nosso)

Os monopólios, a oligarquia, a tendência para a dominação em vez da tendência para a liberdade, à exploração de um número cada vez maior de nações pequenas ou fracas por um punhado de nações riquíssimas ou muito fortes: tudo isto originou os traços distintivos do imperialismo, que obrigam a qualificá-lo de capitalismo parasitário, ou em estado de decomposição. (p.124)

Destarte é que destaca-se a atualidade do debate sobre a categoria imperialismo para reflexão e análise da constituição da América Latina, assim como para pensar sua relação com a gênese do Serviço Social, denotando a importância de atualizar esse debate e apontar/identificar suas “novas” tendências no século XXI, cabendo aqui um destaque para o papel da indústria bélica e a disputa de projetos societários, que permearam todo o processo de desenvolvimento do imperialismo.

2.1.1 O papel da Indústria Bélica no estágio Imperialista

A disputa entre Estados imperialistas pela partilha econômica a partir da partilha territorial marca o século XX com guerras permanentes. Em 1914 já não existiam mais territórios livres e para qualquer nova expansão seria necessária a disputa entre Estados. Além da 1ª e 2ª Guerra Mundial, o período da Guerra Fria se estende durante um longo período no século XX.

O estágio imperialista do capitalismo, mais do que o surgimento do capital financeiro, partilha territorial e exportação de capital, apresenta outro componente central para a economia: a indústria bélica.

Os grandes monopólios concentram a produção de artefatos bélicos, com desenvolvimento tecnológico para garantir eficácia e lucro. Na necessidade de

estabelecer inimigos comuns e um clima de militarismo, a indústria bélica provoca uma corrida armamentista.

[...] A existência de um inimigo real, ou a invenção de um inimigo ideal, fundamenta objetivos e meios da missão salvadora e da purificação ideológica, bem como a realização de interesses político-econômicos e socioculturais, tudo isso acionado pelo vasto e crescente complexo industrial-militar [...]. (IANNI, 2004, p. 278-279).

Assim, a indústria bélica introduz alguns elementos importantes na dinâmica capitalista: 1) Contenção das crises: subconsumo das massas é equalizado com grandes encomendas estatais para a indústria bélica servindo como contrapeso, e 2) Solução alternativa à superacumulação: destruição das forças produtivas e desvalorização dos capitais na crise.

Em suma, a indústria bélica e a guerra são um excelente negócio para os monopólios e central no estágio imperialista. Outro ponto importante é que a fase clássica do imperialismo se dá na ascensão e prestígio do fascismo, tendo a modalidade fascista de intervir na economia o terrorismo. O capitalismo global fermenta, assim, o nazi-fascismo.

2.1.2 A luta de classes no estágio imperialista: disputa de projetos societários

Na fase do capitalismo concorrencial (1780 a 1870), as lutas de classe se aprofundam e provocam uma organização da classe operária que influem diretamente no desenvolvimento das forças produtivas. É importante frisar que nessa conjuntura o Estado burguês colabora na ofensiva à classe trabalhadora.

Em 1917 ocorre um golpe contra o imperialismo, nos países onde o Estado não havia consolidado os direitos sociais ou onde o movimento operário foi mais golpeado, o regime, no capitalismo monopolista de Estado fascista, se configurou a partir de um dado ordenamento político autocrático. Na fase clássica do imperialismo ocorre a ascensão, prestígio e dominação do fascismo, que acabou por não ser derrotado, se observarmos a contemporaneidade.

O final da 2ª Guerra traz um impacto na economia imperialista, o fluxo maior dos capitais imperialistas gira entre os próprios países. Há uma reorganização do trabalho industrial sendo o taylorismo/fordismo a marca nos anos dourados (2ª fase do imperialismo), com aumento no setor de serviços. Ainda assim, a exigência do capitalismo era (é) um Estado interventor para garantia das condições gerais e desoneração do capital. Tem-se, então, a instauração do Welfare State (pós 2ª Guerra), na ideia do Estado como regulador dos investimentos privados direcionado aos seus próprios gastos. Os direitos sociais são geridos pelo Estado burguês, mas a resistência apontava na direção de um projeto na perspectiva da transição socialista.

No final dos anos 1970, o estágio imperialista chega na 3ª fase, capitalismo contemporâneo e, ainda que com fases diferentes, os monopólios permaneceram (e permanecem) em todo o estágio imperialista.

Nesse cenário, havia a proposição de uma democracia apontada em uma perspectiva da transição socialista, indicando a superação do sistema capitalista, e tal processo se daria necessariamente por meio da revolução. “[...] as exigências democráticas inerentes ao pensamento socialista revolucionário assentam, concretamente, na sua *funcionalidade* no interior do processo revolucionário”. (NETTO, 1990, p. 81, grifo do autor).

Quando o limite da democracia é tensionado, o Estado burguês apresenta sua faceta reacionária - o fascismo, a luta pela prevalência da democracia se pauta na possibilidade da conquista social.

Isto significa que quando a democracia política se torna obstáculo para a manutenção (ou reconversão) do sistema, os seus beneficiários articulam respostas restauradoras e/ou reacionárias (que podem chegar ao limite historicamente conhecido da restritividade sob o capitalismo monopolista: fascismo). (NETTO, 1990, p. 78)

A crise que alcança os países que tinham sua estrutura institucional a partir do ‘socialismo real’, os Estado com sistema sócio-político vigente no campo socialista, é potencializada pela queda do muro de Berlim em 1989. Claro que a crise, ainda que não expressada da mesma forma em cada país, possui um caráter global “*A globalidade da crise revela-se na configuração das crises: o que em toda a parte esteve em jogo é, em primeiro lugar, a natureza do sistema político instituído*”. (NETTO, 2001, p. 14 e 15, grifo do autor).

A transição socialista supunha uma dupla socialização: tanto do poder político como do poder econômico, e previa uma reestruturação do sistema político, o que aponta outra característica da crise como expressão de uma exaustão do padrão do crescimento econômico e do sistema político a ele funcional. (NETTO, 2001, p.19).

Netto (2001) indica, ainda, três pontos importantes, e que devem ser problematizados, quanto ao fim da URSS: 1) instauração da ordem no 'campo socialista'; 2) evolução no sentido de erguimento da institucionalidade própria à ordem burguesa; e 3) democracia socialista.

É necessário atentar-se às tendências estruturais postas para o desenrolar do século XX (NETTO, 2001, p. 36 e 37): concentração e centralização do capital; caráter anárquico do capitalismo; crises periódicas; dificuldades crescentes para valorização; manutenção da taxa de juros; reprodução da pobreza relativa e emersões de pobreza absoluta; processos alienantes e reificantes.

A estrutura econômica da sociedade burguesa convive com a social-democracia como gestão social do capitalismo (Welfare State) e o modelo fascista.

Esta determinação é necessária para permitir tangenciar o projeto sociopolítico que veio disputando com os liberais e conservadores a direção de vários Estados burgueses e que, agora, com a 'crise do socialismo', adquire um relevo curioso – refiro-me ao projeto social democrata. (NETTO, 2001, p. 47 e 48, grifo do autor)

Se no início dos anos 1990 a possibilidade de superação se apresentava derrotada e impossível de ser retomada e então vivenciada, os desafios para o tempo presente indicam a necessária proposição de um projeto socialista de transição.

O fato de, nesta dramática conjuntura final de século, esta possibilidade não aparecer, nítida, para os sujeitos sociais mais interessados nela, e de a ela não se imbricar já uma estratégia política que a potencie e a atualize – este fato não depõe contra a sua efetividade. Não seria a primeira vez, aliás, que a consciência social tardaria a apreender (e intervir sobre) tendências históricas operantes abaixo da epiderme da sociedade: a velha toupeira de que falava

Marx prossegue o seu trabalho, ainda que os seus possíveis beneficiários não o visualizem. (NETTO, 2001, p. 55).

Pensar a relação luta de classes, que se particulariza em momentos de disputas territoriais e econômicas (período de guerras), e imperialismo faz-se assim preeminente para avançar nas discussões sobre a constituição sócio-histórica da América Latina e suas particularidades, assim como para colaborar na escolha da lente de análise sobre o Serviço Social nesse contexto, levando em consideração que é próprio da profissão ter se colocado como uma frente progressista no tensionamento da luta de classes.

2.2 O modo particular como o imperialismo se expressa na América Latina: as contribuições de Ruy Mauro Marini

Ruy Mauro Marini, importante expoente marxista, conhecido internacionalmente – mas ainda pouco difundido no Brasil – oferece contribuições importantes para a análise que se desenvolve neste ensaio, sobretudo, a partir de uma de suas teses mais conhecidas – e polêmica – conhecida como subimperialismo. De maneira sintética, podemos indicar que Marini desenvolveu este conceito para explicar o fenômeno surgido entre os anos 1960-70, no contexto da nova divisão internacional do trabalho e da emergência do que denominou de subcentros econômicos (e políticos) da acumulação mundial.

Segundo o autor, a origem desses subcentros é tributária do movimento de exportação de capitais do pós-guerra, que ao aumentar a proporção entre meios de produção e força de trabalho, elevou a composição orgânica nacional do capital em determinados países, como é o caso do Brasil, por exemplo. Assim, esses subcentros passaram a ocupar uma posição intermediária entre centro e periferia, uma vez que são dotados de relativa autonomia se comparados a países mais periféricos, ainda que permaneçam subordinados à dinâmica global imposta pelos grandes centros.

Para compreender melhor esse conceito de Marini, é necessário considerar a perspectiva do autor sobre o capitalismo dependente, cujas principais características se revelam pela superexploração¹⁰ da força de trabalho e pelo divórcio entre estrutura produtiva e necessidades de consumo das massas, decorrente dessa superexploração.

Nesse sentido, a superexploração da força de trabalho ocorre nos países da América Latina na medida em que a burguesia dependente tenta compensar a perda da mais-valia no nível das relações de mercado através da intensificação do trabalho, ou seja, através de uma maior exploração do trabalhador, fazendo assim com que o aumento da intensificação do trabalho represente um aumento da mais-valia. Desse modo, a superexploração da força de trabalho “[...] é melhor definida pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo de seu valor real.” (MARINI, 2005, p.33).

Além da superexploração ser a categoria definidora do capitalismo dependente, ela também é caracterizada por uma economia voltada para o mercado externo. Isso porque, segundo Marini o ciclo do capital nas economias dependentes é caracterizado pela separação entre a produção e a circulação – ciclo este que Marx definiu como sendo circulação-produção-circulação –, visto que a circulação se efetiva fundamentalmente no domínio do mercado externo, logo, a realização do produto não depende do consumo individual da população trabalhadora. Diferentemente do que ocorre nas economias centrais, onde a acumulação de capital se pauta no duplo caráter (produtor e consumidor), desse modo o consumo individual dos trabalhadores desses países é determinante na efetivação do ciclo do capital. Pode-se afirmar então que, a dependência¹¹ é um aspecto específico de reprodução do capital

10 É importante pontuar que a superexploração da força de trabalho não é uma reinterpretação do que Marx colocou como sendo exploração da força de trabalho em O Capital - apesar de Marini pautar sua conceituação e seus estudos nesse livro de Marx -, ou seja, a superexploração é uma categoria específica do capitalismo dependente (MARINI, 2005).

11 “[...] a dependência entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e

fundada na superexploração e que reproduz a submissão das economias latino-americanas aos centros imperialistas.

Assim, o subimperialismo surge como tendência de expansão do capitalismo dependente, a partir da conjunção dessas leis próprias da economia dependente com a nova divisão internacional do trabalho, processo marcado pelo predomínio dos investimentos externos - principalmente dos Estados Unidos - na indústria de bens duráveis desses subcentros. Nas palavras do autor, o subimperialismo define-se:

a) a partir da reestruturação do sistema capitalista mundial que se deriva da nova divisão internacional do trabalho e; b) a partir das leis próprias da economia dependente, essencialmente: a superexploração do trabalho, o divórcio entre as fases do ciclo do capital, a monopolização extrema em favor da indústria suntuária, a integração do capital nacional ao capital estrangeiro ou, o que é o mesmo, a integração dos sistemas de produção (e não simplesmente as internacionalizações do mercado interno, como dizem alguns autores). (MARINI, 2017, p.40).

Marini revela ainda o importante papel desempenhado pelas ditaduras militares para a reorganização da produção latino-americana nos moldes estabelecidos pela integração imperialista, tendo de um lado, o intuito de promover os ajustes estruturais necessários para colocar em marcha a nova ordem econômica e de outro, reprimir os movimentos de massa que ameaçavam essa integração.

No prefácio à quinta edição do livro *Subdesenvolvimento e Revolução*, escrito em 1974, Marini é enfático ao apontar o Brasil “[...] como a mais pura expressão do subimperialismo” (MARINI, 2017, p.41) e termina o seu texto reiterando a importância do estudo do subimperialismo para o desenvolvimento do movimento revolucionário latino-americano.

3. APONTAMENTOS FINAIS

sua supressão supõe necessariamente a superação das relações de produção nela envolvida.” (MARINI, 2005, p. 4).

Os limites deste ensaio não permitem aprofundar, com o devido rigor, cada uma das importantes interpretações sobre a relação entre capitalismo e imperialismo e suas particularidades latino-americanas, anunciadas acima. Contudo, a despeito da tentativa de buscar convergências, contraposições ou complementariedade entre elas, o intuito é de reiterar a importância de recuperar esse legado para os estudos que tenham como objeto o Serviço Social na América Latina, objeto este de pesquisa que vem se desenvolvendo na América Latina em que as pesquisadoras são participantes.

Entende-se que recorrer a essa herança possibilita, por meio do confronto com o tempo histórico desses autores, apreender os traços fundamentais que interseccionam capitalismo, imperialismo a dependência latino-americana e por meio da articulação dialética entre esses três eixos, ampliar as possibilidades de compreensão da dinâmica capitalista do nosso tempo e do modo como se expressa nos países periféricos da América Latina.

Para o Serviço Social, permite ainda, distanciar-se dos possíveis messianismos e fatalismos que perseguem a profissão e que tendem – ainda – a balizar muitas de suas análises, uma vez que esse legado demarca o debate em dois pontos cruciais: 1) desvelam os limites concretos que são colocados para América Latina, enquanto países de capitalismo dependente, colonizados e recolonizados sob os ditames do imperialismo, eliminando qualquer ilusão de superação das barreiras e consequências do chamado subdesenvolvimento; 2) reafirmam o horizonte da superação da ordem capitalista (da Revolução Socialista!), como a única via capaz de solucionar não só os “problemas” da América Latina, mas de transformar a sociabilidade em nível mundial.

Evidentemente que a aproximação que está sendo proposta aqui, instiga o Serviço Social a lidar com novos dilemas no que tange a compreensão de sua natureza e do seu papel como profissão. Entretanto, não incorporar a discussão do imperialismo e sua relação com capitalismo e a dependência latino-americana, aos estudos sobre o Serviço Social na América Latina, pode não só empobrecer a análise, mas, principalmente, subestimar as expressões do real, que se apresentam cotidianamente à profissão.

4. REFERÊNCIAS

ABESS-CEDEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral extraordinária de 08 de Nov. de 1996). **Caderno ABEPSS**, São Paulo: Cortez, n. 7, 1997.

CAMPOS, F.;SADADINI, M. **Hilferding e o nexu imperialista entre capital financeiro e exportação de capital**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 42., 2014, Natal/RN. **Anais...** Natal, 2014. Disponível em: <<https://www.anpec.org.br/encontro/.../i281fa8390adf3e2f9d98c9a56f913bdd7.doc>>.

IANNI, O. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LENINE, V. I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. Tradução: Leila Prado. 3. edição. São Paulo: Centauro, 2010.

_____. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MARINI, R. M. **Dialéctica de la dependencia**. 10. Ed. México: Era, 1990 (1ª edição, 1973). O post-scriptum conforme: *Revista Latinoamericana de Ciências Sociales*, Flacso, (Santiago de Chile), nº 5, junho 1973. Versão digitalizada conforme publicado em "Ruy Mauro Marini: Vida e Obra", Editora Expressão Popular, 2005. Orgs. Roberta Traspadini e João Pedro Stedile. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2795191/mod_resource/content/1/Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular.pdf>.

_____. **Subdesenvolvimento e Revolução**. 6.ed. Florianópolis: Insular, 2017.

MARIUTTI, E. Interpretações clássicas do imperialismo. Campinas: IE/UNICAMP, 2013. Disponível em: <<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/06/E-Mariutti-Imperialismo.pdf>>.

MOLJO, C. B. Considerações sobre o Serviço Social na América Latina. In: **Revista Praia Vermelha: estudos de política e teoria social**, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 24, n. 2, p.403-421, 2014.

NETTO, J. P. Notas sobre democracia e transição socialista. In: _____. **Democracia e transição socialista: escritos de teoria e política**. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1990. p. 69-105.

_____. A 'crise do socialismo' e a alternativa comunista. In: _____. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. 5. ed. Cortez: São Paulo, 2009.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8.ed. São Paulo, Cortez, 2011.

SILVA, José F. S. Pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social. In: **Revista Textos e contextos**. n.6 v.2. Porto Alegre: PUC/RS, 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/2319>>.